



São 100 (cem) questões objetivas de múltipla escolha, com cinco alternativas cada, no estilo de prova e nível de dificuldade da Banca FGV.

→ Nível de Dificuldade: **Médio/ALTO**.

Com as disciplinas e assuntos cobrados no Edital nº 01/2026 para provimento de vaga no cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado do Paraná:

- Direito Penal: 20 (vinte) questões;
- Direito Processual Penal: 20 (vinte) questões;
- Legislação Penal Especial: 20 (vinte) questões;
- Direito Constitucional: 10 (dez) questões;
- Direito Administrativo: 10 (dez) questões;
- Legislação Estadual/Institucional: 10 (dez) questões;
- Ciências Forenses: 05 (cinco) questões;
- Direitos Humanos: 05 (cinco) questões;

Total: 100 (cem) questões.



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Direito Penal	20	20
Direito Processual Penal	20	20
Legislação Penal Especial	20	20
Direito Constitucional	10	10
Direito Administrativo	10	10
Legislação Estadual/Institucional	10	10
Ciências Forenses	05	05
Direitos Humanos	05	05

ADQUIRA O CONJUNTO DE SIMULADOS COMENTADOS PARA
DELEGADO PCPR – [@NÚCLEODELTA](#)

1º Simulado – entrega IMEDIATA.

2º Simulado – entrega até 31/07/2026 (PREVISÃO).

3º Simulado – entrega até 29/08/2026 (PREVISÃO).

4º Simulado – entrega até 26/09/2026 (PREVISÃO).

Adquira o Pacote de Simulados Comentados Delegado PCPR: – por até 12x de R\$ 9,30*:

<https://chk.eduzz.com/R9JJ6V6E9X>

***O link deste Cupom promocional está presente apenas neste arquivo.**

Tem dúvidas? Entre em contato conosco.

Instagram: <https://www.instagram.com/nucleodeltaconcursos/>

Whatsapp Web: <https://wa.me/5581981130738>

Whatsapp: (81) **98113-0738** (Atendimento 24 horas)



[...]

DIREITO ADMINISTRATIVO

17. Telúrio, agente de polícia da Polícia Civil do Paraná, envolveu-se, alcoolizado, em pleno serviço, em um acidente com o veículo oficial da corporação, cometendo transgressão disciplinar. Com base no Código Disciplinar e sobre o capítulo das transgressões disciplinares, analise os itens a seguir:

I. No caso de ter havido prejuízo à Fazenda Pública, ela poderá ser liquidada, mediante anuência do servidor, por meio de desconto em prestações mensais, limitada em 10% do subsídio.

II. O Governador e o Secretário de Estado da Segurança Pública podem aplicar a penalidade de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

III. Na aplicação da pena disciplinar serão considerados a intensidade do dolo ou o grau de culpa, os danos decorrentes e a repercussão do fato.

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e III.

E) II e III.

30. Cecília Maria é escrivã da Polícia Federal lotada na Superintendência Regional no Paraná. Considerando que o cônjuge de Cecília, pessoa com deficiência, está acamado e reside em Canoas (RS), analise os itens a seguir, em sintonia com os dispositivos da Lei nº 8.112/1990, que traz o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

I. A remoção por motivo de saúde do cônjuge é ato discricionário, que necessita de autorização prévia da instituição.

II. O direito à jornada de trabalho reduzida sem compensação de horário não é extensível aos servidores públicos municipais, exceto se houver previsão local específica.

III. A remoção por motivo de saúde é ato vinculado, devendo ser obrigatoriamente concedida quando há laudo de junta médica oficial.

Está correto o que afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e II.

E) II e III.



DIREITO PENAL

[...]

31. Relativamente à Parte Geral do Código Penal (Aplicação da Lei Penal) e em sintonia com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise os itens a seguir:

I. Pelo princípio da proteção ou da defesa, ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo que cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República.

II. A lei brasileira também é aplicável aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, caracterizando-se a extraterritorialidade.

III. Para o Superior Tribunal de Justiça, a mudança de orientação jurisprudencial autoriza a revisão de decisão transitada em julgado, se aquela for favorável.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II.
- E) I e III.

44. Sobre o delito de assédio sexual (art. 216-A do CP), assinale a alternativa incorreta:

- A) Se houver o emprego de grave ameaça, haverá modalidade qualificada.
- B) A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de dezoito anos.
- C) O sujeito ativo é o superior hierárquico.
- D) Pode ser caracterizado entre professor e aluno, de instituições públicas ou privadas.
- E) A consumação do crime ocorre com o ato constrangedor, mesmo que não haja a obtenção de favor sexual.

[...]



DIREITO PROCESSUAL PENAL

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

49. Após as alterações promovidas pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) no Código de Processo Penal, firmou-se a competência do Juiz das Garantias, ao qual cabe deferir o pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia. Sobre o assistente técnico, é incorreto afirmar que:

- A) sendo uma perícia de natureza complexa, a parte pode indicar mais de um assistente técnico.
- B) o assistente técnico só poderá atuar após sua admissão pelo juiz.
- C) o assistente técnico não é funcionário público e atua sem imparcialidade.
- D) por ser auxiliar das partes, o assistente técnico não pode responder por falso testemunho.
- E) o assistente técnico atua apenas na fase processual.

70. Acerca do entendimento dos Tribunais Superiores sobre os dispositivos da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) assinale a alternativa correta:

- A) O mero transporte de *folhas de coca* não é considerado crime do Art. 33, § 1º.
- B) A existência de ato infracional anterior pode ser utilizada para comprovar a dedicação do réu a atividades criminosas.
- C) Para a aquisição do fármaco importado decorrente de salvo-conduto autorizado pelo Poder Judiciário, é dispensada a comprovação da impossibilidade financeira.
- D) O autor da conduta de trazer drogas consigo para consumo pessoal deve ser encaminhado imediatamente à autoridade policial.
- E) Não é vedada a utilização de inquéritos policiais ou ações penais em curso para a formação da convicção de que o réu se dedica à atividade criminosa, de modo a afastar o privilégio do art. 33, § 4º da Lei de Drogas.



GABARITO PARA MARCAÇÃO
DO ALUNO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.
61.	62.	63.	64.	65.	66.	67.	68.	69.	70.
71.	72.	73.	74.	75.	76.	77.	78.	79.	80.
81.	82.	83.	84.	85.	86.	87.	88.	89.	90.
91.	92.	93.	94.	95.	96.	97.	98.	99.	100.



GABARITO OFICIAL
PRELIMINAR

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.
61.	62.	63.	64.	65.	66.	67.	68.	69.	70.
71.	72.	73.	74.	75.	76.	77.	78.	79.	80.
81.	82.	83.	84.	85.	86.	87.	88.	89.	90.
91.	92.	93.	94.	95.	96.	97.	98.	99.	100.



GABARITO COMENTADO

EXCLUSIVO [@NUCLEODELTACONCURSOS](#)

#DIREITO ADMINISTRATIVO

17. Telúrio, agente de polícia da Polícia Civil do Paraná, envolveu-se, alcoolizado, em pleno serviço, em um acidente com o veículo oficial da corporação, cometendo transgressão disciplinar. Com base no Código Disciplinar e sobre o capítulo das transgressões disciplinares, analise os itens a seguir:

I. No caso de ter havido prejuízo à Fazenda Pública, ela poderá ser liquidada, mediante anuência do servidor, por meio de desconto em prestações mensais, limitada em 10% do subsídio.

II. O Governador e o Secretário de Estado da Segurança Pública podem aplicar a penalidade de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

III. Na aplicação da pena disciplinar serão considerados a intensidade do dolo ou o grau de culpa, os danos decorrentes e a repercussão do fato.

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e III.

E) II e III.

COMENTÁRIO:

A questão cobrou a literalidade do Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná (Lei Estadual nº 21.894/2024):

**CAPÍTULO VI
DA APLICAÇÃO DA PENA**



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

Art. 9º Na aplicação da pena disciplinar serão considerados:

I - a **culpabilidade**;

II - os **antecedentes** e a **conduta social** do policial;

III - os **motivos**, as **circunstâncias** e **consequências** da infração;

IV - o **comportamento** da vítima;

V - a **intensidade do dolo** ou o **grau de culpa**;

VI - os **danos** decorrentes da infração para o serviço policial;

VII - a **repercussão do fato**;

VIII - a **reincidência**.

Parágrafo único. Os elementos previstos no caput deste artigo serão apreciados para a determinação da pena aplicável, dentre as cominadas, e de qual a quantidade dela, dentro dos limites previstos, conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção da transgressão disciplinar.

8 CRITÉRIOS DA APLICAÇÃO DA PENA

Culpabilidade	Antecedentes e a Conduta Social
Motivos, Circunstâncias e Consequências	Comportamento da Vítima
Intensidade do Dolo / Grau de Culpa	Danos decorrentes da infração para o Serviço Policial
Repercussão do Fato	Reincidência

**CAPÍTULO VII
DA RESPONSABILIDADE**

Art. 10. Pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor policial responde civil, penal e administrativamente.

Art. 11. A **responsabilidade civil** decorre de **procedimento doloso** ou **culposo** que importe em prejuízo à Fazenda Pública Estadual ou terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízos causados à Fazenda Pública será **liquidada, mediante anuência do servidor, por meio de desconto em prestações mensais** a serem **fixadas entre 10% e 20% do subsídio**, à míngua de outros bens que por ela respondam, a ser cobrada **após o término do procedimento disciplinar**, independentemente de qualquer pronunciamento judicial.



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor policial perante a Fazenda Pública Estadual, em **ação regressiva**.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a **ação regressiva dependerá do reconhecimento de atuação transgressional do servidor**, culposa ou dolosa, no âmbito do respectivo procedimento administrativo disciplinar, na forma do Capítulo IX desta Lei.

Art. 12. A responsabilidade penal abrange as infrações penais imputadas ao servidor policial nessa qualidade.

Parágrafo único. No caso de condenação, não sendo esta de natureza a determinar a demissão, passará o servidor policial a prestar serviços em unidade policial onde o exercício do cargo ou função seja compatível com as condições impostas na sentença.

Seção II

Da Competência para Imposição da Penalidade

Art. 25. Para imposição de pena disciplinar são competentes:

I - o Governador do Estado, originariamente, para as penalidades de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - o Secretário de Estado da Segurança Pública, em grau recursal, para as penalidades de repreensão e suspensão;

III - o Conselho Superior de Polícia, originariamente, para as penalidades de repreensão e suspensão.

COMPETÊNCIA	PENALIDADE
Governador	Demissão / Cassação de Aposentadoria ou Disponibilidade
Secretário de Estado da Segurança Pública	Repreensão / Suspensão (Grau Recursal)
Conselho Superior de Polícia	Repreensão / Suspensão

Art. 26. Da pena aplicada será dado conhecimento ao grupo auxiliar de recursos humanos da Polícia Civil e à unidade de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para anotações e providências decorrentes.



GABARITO: Letra **X**.

#DIREITO PENAL

31. Relativamente à Parte Geral do Código Penal (Aplicação da Lei Penal) e em sintonia com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise os itens a seguir:

I. Pelo princípio da proteção ou da defesa, ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo que cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República.

II. A lei brasileira também é aplicável aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, caracterizando-se a extraterritorialidade.

III. Para o Superior Tribunal de Justiça, a mudança de orientação jurisprudencial autoriza a revisão de decisão transitada em julgado, se aquela for favorável.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e II.

E) I e III.

COMENTÁRIO:

A questão cobrou a Parte Geral do Código Penal (Aplicação da Lei Penal) e em sintonia com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

“Territorialidade”

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como **extensão** do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

“Extraterritorialidade” Incondicionada

Princípio da Proteção / Defesa / Real

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I - os crimes:

- a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
- b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- c) **contra a administração pública, por quem está a seu serviço;**

Atenção MÁXIMA para a jurisprudência:

A mudança de orientação jurisprudencial não autoriza a revisão de decisão transitada em julgado, em respeito à segurança jurídica e à estabilidade das relações jurídicas, conforme precedentes consolidados (STF, 2ª Turma, AgR no RO em HC 264.567, Rel. Min. André Mendonça, julgado em 15/12/2025, publicado no DJ em 09/02/2026).

O novo entendimento jurisprudencial não retroage para revisar condenações já transitadas em julgado. Os precedentes judiciais não se confundem com normas penais para fins de retroatividade benéfica (STJ, 6ª Turma, HC 928.702, 2025)

GABARITO: Letra X.

44. Sobre o delito de assédio sexual (art. 216-A do CP), assinale a alternativa **INCORRETA**:



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

- A) Se houver o emprego de grave ameaça, haverá modalidade qualificada.
- B) A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de dezoito anos.
- C) O sujeito ativo é o superior hierárquico.
- D) Pode ser caracterizado entre professor e aluno, de instituições públicas ou privadas.
- E) A consumação do crime ocorre com o ato constrangedor, mesmo que não haja a obtenção de favor sexual.

COMENTÁRIO:

A questão cobrou a literalidade dos dispositivos do Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Art. 216-A. **Constranger** alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de **superior hierárquico** ou **ascendência inerentes** ao exercício de emprego, cargo ou função.

Pena – detenção, de 1 a 2 anos.

§ 2º A **pena é aumentada em até um terço** se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. **18 anos +1/3**

Somente pode ser **sujeito ativo** desse crime a pessoa que tenha a condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função sobre o sujeito passivo.

Ocorre a consumação do crime com a **prática do ato constrangedor**, independentemente da obtenção de favor sexual.

Atenção para a jurisprudência:

O crime de assédio sexual pode ser caracterizado entre professor e aluno (STJ, 6ª Turma, REsp 1759135/SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, rel. p/ acórdão Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 13/08/2019).

É **inconstitucional a prática de desqualificar a mulher vítima de violência** durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual e todos os crimes de violência contra a mulher, de modo que é vedada eventual menção, inquirição ou fundamentação sobre a vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

audiências e decisões judiciais. Assim, é vedada a invocação pelas partes de elementos referentes à vivência sexual pregressa da vítima ou ao seu modo de vida em audiência de crimes contra a dignidade sexual, sob pena de nulidade do julgamento (STF, ADPF 1107, 2024).

GABARITO: Letra X.

#DIREITO PROCESSUAL PENAL

49. Após as alterações promovidas pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) no Código de Processo Penal, firmou-se a competência do Juiz das Garantias, ao qual cabe deferir o pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia. Sobre o assistente técnico, é **incorreto** afirmar que:

- A) sendo uma perícia de natureza complexa, a parte pode indicar mais de um assistente técnico.
- B) o assistente técnico só poderá atuar após sua admissão pelo juiz.
- C) o assistente técnico não é funcionário público e atua sem imparcialidade.
- D) por ser auxiliar das partes, o assistente técnico não pode responder por falso testemunho.
- E) o assistente técnico atua apenas na fase processual.

COMENTÁRIO:

A questão cobrou a jurisprudência atualizada do Superior Tribunal de Justiça, solicitando a alternativa **INCORRETA**.

O **assistente técnico** (auxiliar das partes) não responde por falso testemunho ou falsa perícia, pois não é considerado funcionário público.



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

§ 7º Tratando-se de **perícia complexa** que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.

ASSISTENTE TÉCNICO*	PERITOS
Auxilia as partes.	Auxilia o juízo.
*Atua tanto na fase processual quanto na fase investigatória.	Atua tanto na fase processual quanto na fase investigatória.
Indicado pela parte e admitido pelo juiz.	O perito <i>ad hoc</i> é nomeado pelo juiz.
Não é funcionário público.	Perito oficial é funcionário público. Perito <i>ad hoc</i> exerce múnus público.
Sem imparcialidade.	Com imparcialidade.

*É direito do investigado ter seu assistente técnico habilitado nos autos do inquérito, com a prerrogativa de elaborar quesitos ao perito do Estado. Esse direito deve ser assegurado, salvo demonstração concreta de risco de embaraço às investigações. A negativa de habilitação do assistente técnico sem fundamentação concreta (sem apontar qualquer elemento que demonstre risco ao andamento das investigações) configura cerceamento de defesa. Se o pedido for indeferido, a defesa somente poderá se manifestar sobre o laudo tempos depois da realização da perícia, comprometendo sensivelmente o contraditório diferido, ao passo que a participação do assistente desde o início permite observar e contribuir para o aprimoramento do exame técnico em seu momento de realização. (STJ, 6ª Turma, RHC 200.979-SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 09/12/2025 – Info 881).

GABARITO: Letra X.



#LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

70. Acerca do entendimento dos Tribunais Superiores sobre os dispositivos da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) assinale a alternativa correta:

- A) O mero transporte de *folhas de coca* não é considerado crime do Art. 33, § 1º.
- B) A existência de ato infracional anterior pode ser utilizada para comprovar a dedicação do réu a atividades criminosas.
- C) Para a aquisição do fármaco importado decorrente de salvo-conduto autorizado pelo Poder Judiciário, é dispensada a comprovação da impossibilidade financeira.
- D) O autor da conduta de trazer drogas consigo para consumo pessoal deve ser encaminhado imediatamente à autoridade policial.
- E) Não é vedada a utilização de inquéritos policiais ou ações penais em curso para a formação da convicção de que o réu se dedica à atividade criminosa, de modo a afastar o privilégio do art. 33, § 4º da Lei de Drogas.

COMENTÁRIO:

A questão cobrou a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que o transporte de folhas de coca é crime previsto no art. 33, § 1º, da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), uma vez que a coca é matéria-prima destinada à preparação de drogas (3ª Seção, 2020):

A **folha de coca** (“*erythroxylum coca lam*”) é classificada no Anexo I - Lista E - da Portaria/SVS n. 344, de 12/5/1988 - que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial – “como uma das plantas proscritas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas”. Seja dizer, ela não é, em si, considerada droga, se amoldando ao tipo descrito no § 1º, I, do art. 33 da Lei 11.343/2006, que criminaliza o transporte de matéria-prima destinada à preparação de drogas.

Atos infracionais – O registro pretérito de atos infracionais não constitui fundamento idôneo para, isoladamente, caracterizar maus antecedentes ou dedicação a atividades



1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)

criminosas, sendo insuficiente para afastar a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º, da Lei de Drogas (tráfico privilegiado) (STF, 2ª Turma, RHC 266.478, decisão monocrática de Min. Dias Toffoli, 16/12/2025).

“É vedada a utilização de inquéritos e/ou ações penais em curso para afastar tráfico privilegiado” – TESE FIXADA - Inquéritos em andamento ou ações penais sem trânsito em julgado não servem para impedir a aplicação do redutor de pena do art. 33, parágrafo 4º da Lei 11.343/2006, conhecido como tráfico privilegiado. A 3ª Seção do STJ fixou a tese em recursos repetitivos. (REsp 1.977.027, REsp 1.977.180, 11/08/2022)

Aquele apreendido na posse de drogas para consumo pessoal **deve ser encaminhado primeiramente ao juiz competente**, à luz da dicção legal:

“Art. 48, § 2º Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

§ 3º **Se ausente a autoridade judicial**, as providências previstas no § 2º deste artigo serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente.”

A alternativa correta é a letra “C”, pois traz a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Para a concessão de **salvo-conduto** no plantio da cannabis sativa para fins medicinais, **NÃO É EXIGÍVEL a comprovação da impossibilidade financeira** de aquisição do fármaco importado, autorizado pela ANVISA. (STJ, 6ª Turma, AgRg no HC 913.386-SP, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 19/02/2025). Nota: devem ser exigidos apenas os requisitos da **necessidade** (atestada por meio de laudo terapêutico), bem como a licença da ANVISA para o cultivo. Não é necessário que haja comprovação da hipossuficiência financeira do interessado.

GABARITO: Letra X.

NÚCLEO DELTA - [@nucleodeltaconcursos](#)

PREPARAÇÃO DE RETA FINAL PCPR

1º SIMULADO DELEGADO PCPR (DEMONSTRATIVO)



Adquira o Pacote de Simulados

Comentados Delegado PCPR:

– **por até 12x de R\$ 9,30***:

<https://chk.eduzz.com/R9JJ6V6E9X>

***Cupom promocional válido até
a publicação do Edital**